

MERCADO AGROPECUÁRIO

1. PIB brasileiro tem queda de 0,1%. PIB da agropecuária é impactado pelo clima e apresenta retração.
2. Brasil acumula 2,6 milhões de vagas em 2021. Em nova revisão, Caged aponta corte de 191 mil empregos em 2020.
3. Plantio da safra 21/22 de soja e milho segue avançando bem. Atenções se voltam para a falta de água na região Sul.
4. Colheita de trigo está praticamente finalizada no Brasil. Diante da menor oferta mundial, preços seguem tendência de alta.
5. Plantio do arroz chega a 78,3% da área estimada. Preços continuam em queda.
6. Preços do açúcar, etanol hidratado e etanol anidro seguem em patamares elevados com incrementos da ordem de 49%, 65% e 64%, respectivamente, em relação a 2020.
7. Boa oferta, qualidade e demanda em reaquecimento influenciam preços no atacado de frutas e hortaliças.
8. Oferta de bois para abate segue reduzida, mas mercado está atento à demanda.
9. Pioras nas exportações de carnes brasileiras em novembro de 2021.
10. Pressão de baixa no mercado de carnes (frango e suína) e ovos.
11. Cepea indica queda de 6,2% no preço do leite em novembro.
12. Relação de troca do pecuarista com o milho tem ligeiro recuo, mas segue elevada.

- Indicadores Econômicos -

PIB Brasil – Queda de 0,1% no PIB do terceiro trimestre demonstra economia andando de lado. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, no dia 2/12, os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil para o terceiro trimestre de 2021. A economia brasileira teve retração de 0,1% quando comparada ao trimestre anterior, que já havia sido de queda de 0,4%. Na agropecuária, a queda foi de 8% ante o trimestre anterior devido a alguns fatores. Historicamente, os primeiros e últimos trimestres do ano apresentam volumes maiores no PIB do setor devido à sazonalidade das atividades agropecuárias. O volume produzido no último trimestre, comparado ao trimestre anterior, porém, também foi influenciado pelas revisões realizadas pelo IBGE, que elevou o crescimento do PIB da agropecuária em 2020 de 2,0% para 3,8%, quase dobrando o volume produzido e deixando mais forte a base de 2020. A falta de chuvas, as geadas e as queimadas e a ocorrência de fatores externos prejudicaram tanto a área agrícola quanto pecuária, afetando a

produção no período e reduzindo o PIB. A nova projeção da CNA para o crescimento do PIB da agropecuária será apresentada na coletiva de imprensa na quarta-feira (8/12), às 10h.

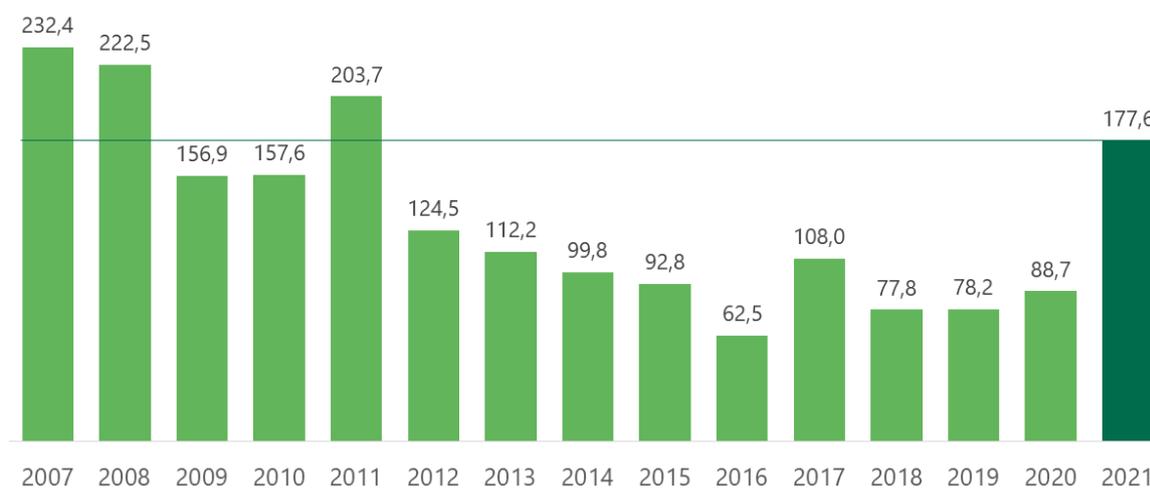
Varição do PIB (em %)

Período de Comparação	PIB	AGROP	INDUS	SERV
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	-0,1	-8,0	0,0	1,1
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior	4,0	-9,0	1,3	5,8
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores	3,9	0,2	5,1	3,3

Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais. Elaboração CNA

Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) – Agropecuária criou 177.592 novos postos de trabalho de janeiro a outubro de 2021. O Brasil registrou criação líquida de 253.083 empregos formais em outubro de 2021, conforme o Novo Caged do Ministério do Trabalho e Previdência. O resultado ficou abaixo do registrado em setembro, quando havia registrado saldo positivo de 312.066 vagas. O setor agropecuário registrou queda de 5.844 postos, devido, principalmente, ao fim das safras de cana-de-açúcar e café, ocorridas entre setembro e outubro, motivando a dispensa de parte da mão de obra contratada majoritariamente para colheita. Importante destacar que este é o primeiro mês que o setor registra saldo líquido negativo de empregos no ano. Recentemente, o saldo de empregos formais de 2020 passou por duas grandes revisões. A segunda revisão, divulgada em novembro, registrou uma nova queda nos empregos, ainda mais forte que a anterior, levando o saldo em 2020 para o campo negativo. Considerando esses últimos dados, o País encerrou 2020 com perda de 191.502 vagas de trabalho.

Saldo acumulado de geração de vagas no setor Agropecuário (jan-out)



Fonte: Novo Caged – MTP. Elaboração Dtec/CNA

- Mercado Agrícola -

Grãos – Plantio da safra 21/22 de soja e milho segue avançando bem. Atenções se voltam para a falta de água na região Sul. As boas chuvas no Centro-Norte do País estão dando alívio para os produtores e contribuindo com um bom calendário de plantio da soja e milho 1ª safra e, conseqüentemente, uma boa janela para as culturas de 2ª safra. De acordo com a Conab, em seu [último boletim de](#)

[progresso de safra](#), cerca de 91,5% da área estimada para a safra de soja 2021/22 já foi plantada no País, com os trabalhos chegando ao fim nas regiões Centro-Oeste e Sudeste. No Matopiba, os estados apresentam entre 60% e 88% das áreas semeadas. Para o milho 2ª safra, o percentual atinge 75,3% da área estimada. O clima contribuiu com o ritmo das atividades, que está acima do registrado no mesmo período de 2020. Com o plantio finalizado no Paraná e em Goiás e a maioria das regiões avançando bem, as atenções se voltam ao Rio Grande do Sul. A chegada de um tempo mais seco no estado em virtude dos impactos da formação do fenômeno *La Niña* levanta preocupações quanto ao desenvolvimento, especialmente nas lavouras em fase reprodutiva. O evento vem acompanhado de redução do patamar hídrico a partir de dezembro e aumenta a possibilidade de ocorrência de veranicos em parte do Sudeste entre janeiro e fevereiro de 2022.

Trigo – Trabalhos de colheita estão praticamente finalizados no Brasil. Diante da menor oferta mundial, preços seguem tendência de alta. De acordo com dados do boletim de progresso de safra, divulgado pela Conab, as atividades de colheita da safra de trigo atingiram 98% da área até 27/11, avanço de 6,3 pontos percentuais em relação à semana passada. No Paraná e no Rio Grande do Sul, os percentuais atingem 99% e 97%, respectivamente. Apesar da estiagem e geadas terem afetado o potencial produtivo, em algumas regiões a expectativa para a próxima safra brasileira de trigo é positiva. Segundo o último levantamento de safra feito pela Conab, a estimativa é de uma produção recorde de 7,6 milhões de toneladas em 2,7 milhões de hectares plantados. Apesar da maior disponibilidade do cereal no mercado interno, os preços seguem sustentados pelo cenário internacional de menor oferta mundial. Na última semana, o indicador Cepea/Esalq do trigo no Paraná registrou R\$ 1.627/saca.

Arroz – Plantio chega a 78,3% da área estimada no Brasil. Preços continuam em queda. As condições climáticas favoráveis contribuem para o avanço do plantio da nova safra de arroz na região Sul do Brasil. Segundo [o boletim de progresso de safra](#) divulgado pela Conab, 78,3% da área brasileira estimada para a cultura foi semeada até 27/11. Com o tempo mais firme, as atividades aceleraram e estão levemente mais adiantadas que 2020, quando atingiam 77,4% da área. No geral, as lavouras já implantadas estão em boas condições e sendo beneficiadas pelos dias ensolarados nessa fase de desenvolvimento vegetativo. Para a nova safra, o boletim da Conab estima um crescimento de 0,3% na área a ser semeada com a cultura e a previsão de colheita é de 11,5 milhões de toneladas. Enquanto isso, as cotações continuam se enfraquecendo. No mercado doméstico, o indicador Cepea/Esalq de arroz no Rio Grande do Sul registrou R\$ 62,57/saca na última semana.

Cana-de-açúcar – Preços do açúcar, etanol hidratado e etanol anidro seguem em patamares elevados. [De acordo com dados do Cepea/Esalq, o indicador São Paulo do açúcar cristal](#) fechou preço médio semanal em R\$ 154,60 por saca de 50 kg, com recorde na série histórica de R\$ 155,81/saca alcançado no dia 2/12. O mês de novembro fechou média de R\$ 153,66/saca, valor 44,7% maior que o acumulado no mesmo intervalo de 2020. No mercado externo, apesar da provável manutenção de preços elevados, altas muito acentuadas podem ser dificultadas nas próximas semanas pelo início da nova safra na Índia. [Para o etanol, o indicador Cepea aponta](#), no fechamento do último mês, a média de R\$ 3,72/L, correspondendo a aumento de 80,27% quando comparado a novembro do ano passado. Da mesma forma, o etanol anidro apresentou incremento de 80,24% em novembro de 2021 (R\$ 4,36/L) em relação ao mesmo período de 2020. O recorde da série histórica foi atingido na primeira semana de novembro, quando o preço bateu R\$ 4,53/L, seguido de queda na última semana (R\$ 4,11/L). Os estoques baixos dos biocombustíveis, menor patamar das últimas quatro safras, seguem sendo motivo de preocupação no setor.

Frutas e Hortaliças – Boa oferta, qualidade e demanda em reaquecimento influenciam preços no atacado. A Conab divulgou no dia 29/11 o [Resumo Executivo](#), apresentando os destaques da semana – entre os dias 21 e 27 de novembro –, frente ao mês de outubro. Para o período houve redução nos preços de batata, tomate e banana prata, e elevação nos preços de melancia. Ao analisar o fechamento do mês de novembro para os principais hortifrúteis comercializados na Ceagesp-SP é possível notar a influência da sazonalidade e oferta sobre os preços praticados. Houve retração nas médias de tomate (-16,5%), melão (-8,9%) e batata (-7,4%). A continuidade na alta oferta de batata e tomate, somada à baixa qualidade do tubérculo visto a finalização da safra, foram fatores determinantes para a queda dos preços. Já no caso do melão, os preços foram influenciados pela demanda ainda retraída, mesmo frente à baixa oferta no mercado nacional, haja vista a entressafra no Vale do São Francisco e bom ritmo de exportação no Rio Grande do Norte e Ceará. Por outro lado, a elevação nos preços de cebola (38,0%), mamão (33,9%), alface (32,8%), melancia (28,8%) e manga (23,6%) foi destaque ao longo do mês de novembro.

- Mercado Pecuário –

Pecuária de corte – Oferta de bois para abate segue reduzida, mas mercado está atento à demanda. Os preços da arroba do boi gordo subiram 0,79% nesta semana em São Paulo, com a referência fechando em R\$ 324,35/@(2/12), segundo o Indicador Cepea. A oferta comedida de bois para abate segue como principal fator de sustentação das cotações, mas a demanda interna razoável e o menor volume embarcado diminuíram a pressão de alta, comparativamente com as semanas anteriores. No mercado futuro (B3), os contratos de boi gordo perderam força no início de dezembro, refletindo este cenário mais calmo e as incertezas com relação ao consumo doméstico no curto e médio prazo. No mercado de animais para reposição, os preços do bezerro (R\$ 2.859,17/cabeça) e do boi magro (R\$ 4.110,90/cabeça) registraram altas nesta primeira semana de dezembro na praça paulista, de 1,46% e 0,03%, respectivamente. No atacado, o quilo da carcaça casada (boi) foi negociado em R\$ 20,60 em São Paulo (Cepea), uma alta semanal de 0,24%, corroborando com o cenário de demanda aquém do esperado para a virada de mês e abastecimento para as festas de final de ano, mas suficiente para dar sustentação às cotações.

Comércio exterior – Pioras nas exportações de carnes brasileiras em novembro de 2021. As exportações de carne bovina no acumulado até a quinta semana de novembro/21 movimentou US\$ 399 milhões, com média diária de US\$ 21,30 milhões, 43,05% a menos em relação ao mesmo mês de 2020. A média diária embarcada foi de 8,17 mil toneladas, 49,06% menos que o volume diário exportado em novembro/20. Tratando-se de exportações de suínos, no acumulado até a quinta semana de novembro foram movimentados US\$ 158 milhões de dólares, com média diária de US\$ 8,34 milhões, valor 11,51% inferior ao mesmo período de 2020. Em volume foram embarcadas, em média, 3,69 mil toneladas por dia, uma retração de 2,94% na comparação com o acumulado de novembro/20. No mercado de aves, a receita acumulada em novembro/21 foi de US\$ 547 milhões, US\$ 28,8 milhões na média diária, valor 34,08% superior que no período correspondente de 2020. O volume diário médio exportado nesse período foi de 16,1 mil toneladas, 0,67% a menos do que no ano passado.

Aves e suínos – Pressão de baixa no mercado de carnes (frango e suína) e ovos. O preço do suíno vivo caiu 0,90% nas granjas em São Paulo na comparação semanal. O animal terminado ficou cotado em R\$ 7,68/kg no dia 2/12 (Cepea). Com relação à carne suína houve queda de 1,56% no mesmo período, com a carcaça especial cotada em R\$ 10,73/kg no atacado paulista. A demanda interna patinando e os recuos nos volumes embarcados de carne suína pelo País em novembro/21 refletiram em preços mais frouxos no mercado interno. O cenário foi parecido para a carne de frango, cujo

preço da carcaça resfriada caiu 6,61% no atacado nesta semana, com a referência em R\$ 6,78/kg em São Paulo, segundo o Cepea. Em uma comparação anual, atualmente é possível adquirir 2,53 quilos de carne de frango com o valor de um quilo de carne bovina (dianteiro), frente a 2,61 quilos em dezembro/20. Para o suíno, cujo preço da carne caiu mais em 2021, a relação passou de 1,28 quilos adquiridos com o valor de quilo de dianteiro bovino em dezembro/20 para os atuais 1,60 quilos em dezembro/21. Por fim, no mercado de ovos, a caixa com 30 dúzias, cotada em R\$ 108,65, acumulou queda de 0,88% no preço entre os dias 19/11 e 26/11, últimos dados disponíveis do Cepea, em função da menor movimentação na segunda metade do mês que encerrou.

Pecuária de leite – Cepea indica queda de 6,2% no preço do leite em novembro. O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada pontua que o leite captado em outubro e pago em novembro, fechou o mês a R\$ 2,18, segunda queda consecutiva. O retorno das chuvas favorecendo a produção das pastagens ajuda a explicar o movimento pela maior oferta no campo, cenário característico da sazonalidade da produção. Entretanto, o mercado de derivados aponta que o consumo segue patinando e sem capacidade de lastrear cotações mais elevadas. Foram verificadas quedas nos leites UHT, pó e *spot*, de 7,7%, 1,9% e 11,2%, respectivamente, além do queijo muçarela, com redução de 3,1%. Nesse contexto, os Conseleites do Paraná e de Minas Geras indicaram quedas respectivas de 5,9% e 3,6%, mas o cenário de mercado consumidor complicado nesse momento de margens estreitas dentro da porteira fez com que os Conselhos Paritários de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul adiassem a publicação de suas resoluções.

Pecuária de leite – Relação de troca do pecuarista com o milho tem ligeiro recuo, mas segue elevada. A maior disponibilidade do milho em função da comercialização da safrinha trouxe queda de 6,4% nas cotações do cereal em novembro, conforme cotações do Cepea. Entretanto, as exportações do cereal ao longo do mês limitaram o movimento de baixa. Esse contexto, associado às quedas na cotação do leite no campo à entrada da safra 2021/22, culminou em uma relação de troca do pecuarista de 38,5 litros por saca do cereal (60 kg). O resultado ante o mês anterior é 0,2% mais favorável ao produtor e representa o melhor resultado do ano, entretanto, o indicador ainda repousa em patamares historicamente elevados. Na média de janeiro a novembro de 2021, o pecuarista precisou desembolsar 42,8 litros por saca, pior resultado da série histórica.

CONGRESSO NACIONAL

1. CNA participa de audiência pública para debater o PL nº 10.499/2018.
2. Relatório da MP nº 1.064/2021, que trata do Programa de Venda de Milho em Balcão (PVB), é aprovado na Câmara dos Deputados.
3. Projeto de Lei sobre preços mínimos aos produtos agrícolas perecíveis e derivados é aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.
4. Câmara dos Deputados aprova a MP nº 1.063/21 que autoriza a venda direta de combustíveis.
5. Senado Federal aprova o PL nº 3.386/21 que cria o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Energia Eólica e Solar Fotovoltaica (Pides).

Crédito Rural – CNA participa de audiência pública para debater o PL nº 10.499/2018. No dia 30/11, a CNA participou da [audiência pública](#) requerida pelo deputado federal Pedro Lupion (DEM-PR) para debater o PL nº 10.499/2018, que propõe mudanças nas cédulas de formalização do crédito rural. A CNA, representada pelo vice-presidente da Comissão de Política Agrícola, Antônio da Luz, destacou que unificar vários instrumentos de financiamento para compor a Cédula de Crédito Rural (CCR) pode trazer benefícios e simplificação ao sistema de crédito. No entanto, a entidade se preocupa em como essa unificação em um título de crédito impactará os custos intrínsecos às contratações de crédito, como os custos cartorários, que hoje são diferenciados para cada célula e registro de garantias.

Programa de Venda de Milho em Balcão (PVB) – Relatório da MP nº 1.064/2021, que trata do Programa de Venda de Milho em Balcão (PVB), é aprovado na Câmara dos Deputados. No dia 1º/12, a Câmara dos Deputados aprovou o relatório do deputado federal Benes Leocádio (Republicanos-RN) à [MP nº 1.064/2021](#), que trata do Programa de Venda em Balcão (PVB). O relatório aprovado inclui emenda apresentada pelos deputados federais José Mário Schreiner (DEM-GO) e Júlio César (PSD-PI), que possibilita que produtores com até 10 módulos fiscais sejam beneficiários do Programa. A CNA atuou para que essa regra permaneça no Programa, pois na região Nordeste, em função da escassez hídrica, a maior parte das criações só se viabiliza em áreas maiores do que as previstas pela Lei da Agricultura Familiar.

Preço Mínimo – Projeto de Lei sobre preços mínimos aos produtos agrícolas perecíveis e derivados é aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. No dia 30/11, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou o [Projeto de Lei nº 764/2019](#), de autoria do senador Chico Rodrigues (DEM-RR), que estende a garantia de preço mínimo (Decreto-Lei nº 79/1966) para produtos agrícolas perecíveis e derivados de seu processamento. Também prevê que poderá se estender às agroindústrias e indústrias que adquirirem os produtos perecíveis dos agricultores familiares ou de pequenos e médios produtores rurais e promoverem o seu processamento. O texto foi aprovado em caráter terminativo na Comissão, e segue para apreciação da Câmara dos Deputados.

Combustíveis – Câmara dos Deputados aprova a MP nº 1.063/21 que autoriza a venda direta de combustíveis. A [Medida Provisória nº 1.063/2021](#) autoriza os postos de combustíveis a comprarem etanol hidratado diretamente de produtores e importadores. Atualmente, a venda passa obrigatoriamente pelas distribuidoras de acordo com regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), como forma de controle de qualidade e comercialização. A MP autoriza também a venda de etanol por transportador-revendedor-retalista (TRR), que até então só poderia revender lubrificantes e graxas, além de permitir a revenda varejista de gasolina e etanol hidratado fora do estabelecimento autorizado, mas dentro do município onde o revendedor está localizado. Já a previsão de “bandeira branca”, que consentia a venda de combustíveis de outros fornecedores em postos bandeirados, foi retirada do texto. A matéria segue para o Senado Federal.

Energia – Senado Federal aprova projeto de lei que cria o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Energia Eólica e Solar Fotovoltaica (PIDES). O [PL nº 3.386/2021](#) foi aprovado, em caráter terminativo, na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal. A proposição dispõe que o financiamento do Pides decorrerá de dotações do Orçamento da União, com montante de subvenção limitado a R\$ 500 milhões por ano, do exercício seguinte ao da aprovação da lei e nos quatro subseqüentes, respeitada a meta de resultado fiscal definida pelo Poder Executivo. Segundo o autor do PL, com o Pides será possível encontrar soluções perenes para parametrizar um crescimento sustentável de geração elétrica limpa no Brasil. O texto segue para a Câmara dos Deputados.

INFORME SETORIAL

1. Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (CER-Proagro) e Programa Garantia-Safra passam a fazer parte da estrutura da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Mapa.
2. Café - Resolução define recursos para os financiamentos ao amparo do Funcafé.
3. CNPE mantém percentual de mistura de 10% de biodiesel no diesel para o próximo ano.
4. Portaria determina preço mínimo de R\$ 1,31/kg de uva para fins industriais.
5. CTC Leite discute dados do Observatório da Qualidade do Leite.
6. Mapa prorroga o prazo de vacinação contra a febre aftosa em 14 estados.
7. CNA e Faesc participam da 1ª capacitação do Programa Nacional de Crédito Fundiário – Terra Brasil.
8. Governo Federal regulamenta o Programa Alimenta Brasil.
9. Em Live, CNA debate resultados e expectativas da participação do Brasil na COP-26.
10. Inbra lança Instrução Normativa estabelecendo prazos para renegociação de contratos.
11. CNA recebe delegação do Ministério da Agricultura da Alemanha para reunião.
12. CNA consegue reverter obrigação de monitoramento de reuso para indústria durante reunião do Conama.
13. CNA participa de reunião da Rede Nacional de Irrigantes (RNAI) e apresenta resultados da COP-26 e ações da Comissão Nacional de Irrigação.
14. CNA reúne com Aneel para tratar de cadastramento de produtores rurais e benefícios tarifários.

Proagro – Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (CER-Proagro) e Programa Garantia-Safra passam a fazer parte da estrutura da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Mapa. O Decreto nº 10.827/2021 transferiu a CER-Proagro da Secretaria de Política Agrícola (SPA) para a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF). Essa comissão é responsável pela análise e julgamento dos recursos administrativos do Proagro, os quais são apresentados pelos produtores rurais que estiveram expostos a qualquer evento que provocou diminuição ou falta de receita e que tiveram seu pedido de pagamento de indenização pelo programa negado pelo agente financeiro. O Programa Garantia-Safra também passa a fazer da SAF. Esse programa é destinado a agricultores familiares impactados pela estiagem ou pelo excesso hídrico, que residem no Nordeste do Brasil e no Norte de Minas Gerais.

Café – Resolução define recursos para os financiamentos ao amparo do Funcafé. Publicada no dia 29/11, [a Resolução CMN nº 4.965, de 25 de novembro de 2021](#), por meio de deliberação do Conselho Monetário Nacional (CMN) traz a definição de recursos para os financiamentos ao amparo do Fundo de

Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Em texto são trazidas alterações à Seção 8 (Direcionamento de Recursos) do Capítulo 9 (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé) do Manual de Crédito Rural (MCR). O texto, que passa a vigorar na data de publicação, traz a definição de limites destinados às seções, como: Seção de Crédito de Custeio (até R\$1.410.500.865,00), Seção Crédito de Comercialização (até R\$1.946.601.191,00) e Seção Financiamento para Aquisição de Café (FAC) (até R\$1.245.530.676,00), entre outras.

Biodiesel – CNPE mantém percentual de mistura de 10% de biodiesel no diesel para o próximo ano. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decidiu, no dia 29/11, manter o teor de mistura obrigatória de biodiesel no diesel fóssil em 10% para todo o ano de 2022. Em comunicado feito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o objetivo é proteger os interesses do consumidor quanto ao preço – por reduzir os preços dos fretes, qualidade e oferta dos produtos. A medida contraria os interesses do setor produtivo, que já havia solicitado ao Governo a adoção de mistura de 13% de biodiesel. Além disso, a partir de janeiro será utilizado o novo modelo de comercialização de biodiesel previsto na Resolução CNPE nº 14/2020, que estabelece que todo biodiesel necessário para atendimento da demanda seja contratado sem a utilização dos leilões públicos.

Uva – Portaria determina preço mínimo de R\$ 1,31/kg de uva para fins industriais A [Portaria nº 345, de 29 de novembro de 2021](#), trouxe a fixação do preço mínimo para uva industrial. A partir do dia 1º de janeiro de 2022, a vigorar até 31 de dezembro de 2022, o preço mínimo estabelecido é de R\$ 1,31/kg. A definição do preço mínimo tem como referencial os estudos realizados pela Conab sobre os custos variáveis de produção da cultura. Segundo estudos, a safra 2020/2021 de uva no Brasil foi de 1,69 milhões de toneladas, sendo que a uva para fins industriais tem 90% de sua origem no Rio Grande do Sul. A fixação do preço é válida para as regiões Sul, Sudeste e Nordeste, para a uva destinada à fabricação de suco, de vinho e outros derivados, com 15º glucométricos – definido de acordo com o teor de açúcar. A cultura da uva faz parte dos produtos apoiados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que tem o intuito de garantir apoio aos produtores a partir do estabelecimento de uma garantia de parte da receita do produtor, sobretudo para minimizar o comprometimento da viabilidade econômica da atividade em situações de crise.

Pecuária de Leite – CTC Leite discute dados do Observatório da Qualidade do Leite. A Comissão Técnica Consultiva do Monitoramento da Qualidade do Leite se reuniu no dia 1º/12 para avaliar a plataforma eletrônica do Observatório da Qualidade do Leite (OQL), disponibilizada pelo Ministério da Agricultura no dia 18/11. O OQL é produto da sistematização dos resultados análises de amostras de leite enviadas aos laboratórios da Rede Brasileira da Qualidade do Leite e indicam que muito se evoluiu em relação à contagem bacteriana, saindo de 215 mil UFC/mL, em 2013, para 77 mil, em 2021. Os membros do colegiado elogiaram a ferramenta e identificaram oportunidades de melhorias, como a correlação dos resultados das amostras ao volume de leite que representam e a inclusão de dados referentes à laticínios com serviços de inspeção municipal, estadual ou oriundos do Sisbi.

Sanidade – Mapa prorroga o prazo de vacinação contra a febre aftosa em 14 estados. O Ministério da Agricultura avaliou e autorizou a prorrogação da segunda etapa da campanha de vacinação contra a febre aftosa do ano de 2021 em 14 estados. A ampliação do prazo ocorre em função da necessidade de remanejamento de doses de vacinas para algumas regiões. Para os pecuaristas de Tocantins e Mato Grosso, a prorrogação vale até o dia 10/12. No estado de Goiás, o novo prazo será até o dia 11/12 e, em Alagoas e Amapá, até o dia 15/12. Já os estados de Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a ampliação do prazo vai até o dia 20/12. O Ceará tem prazo para o dia 24/12, enquanto que Bahia e Pará finalizarão no dia 30/12. Por fim, produtores do Maranhão, Piauí e São Paulo terão até dia 31/12 para realizar a imunização.

Empreendedores Familiares Rurais – CNA e Faesc participam da 1ª capacitação do Programa Nacional de Crédito Fundiário – Terra Brasil. A CNA participou da capacitação inicial para operacionalização do PCNF – Terra Brasil, realizada no dia 3/12, por meio de videoconferência, com participação de representantes dos sindicatos rurais do estado de Santa Catarina, da Faesc, Senar-SC, Secretaria de Agricultura e Pesca de SC e da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF) do Mapa. Na ocasião, a Confederação contextualizou sobre os esforços realizados pela entidade junto à SAF/Mapa para que o Sistema CNA/Senar conseguisse participar efetivamente do programa do Governo Federal.

Empreendedores Familiares Rurais – Governo Federal regulamenta o Programa Alimenta Brasil. O Governo Federal publicou no DOU, do dia 3/12, o Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021, que regulamenta o Programa Alimenta Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061/2021, e substitui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Programa terá gestão compartilhada entre o Ministério da Cidadania e o Mapa e execução a cargo dos órgãos ou entidades da administração municipal, estadual, distrital, federal e consórcios públicos (mediante termo de adesão), além da Conab. As modalidades de compras públicas serão: compra com doação simultânea, compra direta, incentivo à produção e ao consumo de leite, apoio à formação de estoques e compra institucional.

Participação do Brasil na COP-26 debatida em live – No dia 1º/12, a CNA promoveu live para debater os cardos e compromissos assumidos pela delegação brasileira na COP-26 e as perspectivas e oportunidades para o setor. A live buscou informar e debater os resultados da 26ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima (COP-26), além de promover a discussão sobre as perspectivas para o ano de 2022, preparando o setor para a COP-27, que será no Egito. Os debatedores avaliaram como muito positiva a participação do agro no evento, melhorando a imagem e colocando o Brasil de volta à mesa de negociação mundial. No entanto, também trouxe diversas obrigações e compromissos firmados nas regulamentações domésticas, que precisarão ser trabalhadas nos próximos anos. A live está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=QkfZhJdfajY>

Renegociação de contratos – O Incra lançou Instrução Normativa nº 108/2021 (IN), que estabelece os procedimentos para renegociação de contratos firmados com órgãos fundiários federais. A IN vale para o beneficiário originário ou seus herdeiros que ocupam imóvel rural e que tenham descumprido cláusula ou condição resolutiva até o dia 22/12/2016. Terão até o dia 22/12/2021 para requerer a renegociação do contrato firmado, conforme art. 19 da [Lei 11.952/2009](#) e arts. 29 e 34 do [Decreto 10.592/2020](#). A decisão de renegociar e de assinar o termo aditivo é de competência indelegável do superintendente regional. A renegociação será realizada apenas uma vez, observado o disposto nesta Instrução Normativa, que possui também cinco anexos com modelo de requerimento de renegociação e termo aditivo.

Visita da delegação da Alemanha à CNA – No dia 2/12, a CNA recebeu representantes do Ministério da Agricultura e Alimentação da Alemanha (BMEL) em reunião na sede da entidade. A comitiva foi recepcionada pelo vice-presidente de Relações Internacionais da CNA, Gedeão Silveira, que destacou o papel do Sistema CNA em representar os interesses dos produtores rurais brasileiros, além da importância do setor para a economia do País. Erik Schneider, chefe da delegação alemã, falou sobre a possibilidade de aumentar a cooperação entre os dois países na agenda de agricultura e sustentabilidade. A delegação alemã também apresentou o Diálogo Agropolítico Brasil Alemanha (APD), uma plataforma que tem como eixos prioritários o diálogo das cadeias de valor da agropecuária, financiamento rural e bioeconomia. Também conta com a participação de representantes governamentais e atores relevantes do agro, da sociedade civil e da academia do Brasil e da Alemanha.

Conama – No dia 1º/12, a CNA participou como ouvinte da 137ª Reunião Ordinária do Conama. Com a nova estruturação da plenária do Conama, a CNA, que participou por dois anos e não tem mais cadeira fixa como membro, passou a participar como ouvinte, buscando interlocução com os membros do setor produtivo para intervir em pontos estratégicos para o agro. Foi o que aconteceu nessa última reunião, com a minuta da resolução que define critérios e procedimentos para o reuso em sistemas de fertirrigação de efluentes provenientes de indústrias de alimentos, bebidas, laticínios, frigoríficos e graxarias para projetos agrônômicos. A CNA atuou para que a indústria continuasse com essa obrigação e não a repassasse ao produtor, como constava originalmente no texto.

Irrigação – No dia 2/12, a CNA participou da reunião da Rede Nacional de Irrigantes (RNAI). A reunião aconteceu na sede do Ipa, em Brasília, e contou com, aproximadamente, 40 pessoas, representantes de associações de irrigantes e de cadeias como Abramilho, Abrasoja, Irrigo, Irriganor e Aiba, entre outras. A Confederação levou os resultados da COP-26 e os desdobramentos dos acordos e pactos firmados. Pontuou ainda as ações da Comissão Nacional de Irrigação, como o acompanhamento e encaminhamento de Projetos de Lei junto ao Congresso e temas que visem viabilizar o crescimento da irrigação no País, e que conta com o apoio da RNAI para que o setor tenha sempre a mesma diretriz e busque a convergência das ideias e das ações para que todas as iniciativas em prol da irrigação andem com o mesmo discurso e sempre com diálogo.

Energia Elétrica – No dia 3/12, a CNA participou de reunião com a Aneel. A reunião contou com representantes de consumidores rurais do estado de Goiás e de Minas Gerais, o presidente da Comissão Nacional de Irrigação e as Superintendências de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública (SMA) e de Regulação dos Serviços de Distribuição (SRD). No encontro, a CNA pontuou as preocupações quanto ao prazo e os documentos exigidos em relação ao recadastramento junto as concessionárias, nesse primeiro momento os irrigantes e aquicultores. De acordo com a Resolução 901/2019, esse primeiro grupo de produtores teriam até 31/12 para realizar esse cadastramento. A Aneel se comprometeu em rever a situação e estudar alguma forma para que os irrigantes e aquicultores que não responderam ao primeiro cadastramento não percam o benefício de forma direta no mês subsequente.

AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

06/12 – Reunião do GT de defensivos do Conselho Empresarial Brasil e China

06/12 – Reunião da Câmara do Agro 4.0

07/12 – Leilão GDT

08/12 – Reunião Conselho Nacional da Biodiversidade (Conabio)

09/12 – Reunião do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS)

09/12 – Reunião do Grupo de Trabalho de Crédito da Câmara Setorial do Cacau

10/12 – Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça do Mapa